

PADRÕES PRIVADOS E A ISO 14001 - O SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL NAS CORPORAÇÕES

ZAHRA ADNAN KABBARA DE QUEIROZ*

* Graduada em Administração, Mestre em Gestão de Negócios, doutoranda e bolsista em Direito Ambiental da Universidade Católica de Santos/SP. E-mail zahra-queiroz@unisantos.br

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo estudar e discutir os padrões privados, buscando investigar os padrões relacionados a produtos e aqueles que se referem ao processo de produção e, em um segundo momento, discutir, especificamente, o padrão privado/norma técnica ISO 14001:2015, desenvolvido para certificar os sistemas de gestão ambiental das corporações. Considerando-se os preceitos de Vergara, quanto aos fins a pesquisa é descritiva e explicativa. Descritiva porque visa detalhar, especialmente, os requisitos da norma ISO 14001:2015, ou seja, aspectos dos processos de transformação que possam causar impactos ambientais significativos; explicativa porque procura explicar os padrões privados de produtos/mercadorias e os padrões privados que tem como fim adequar o processo produtivo à redução/eliminação de aspectos ambientais adversos. Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica em função da revisão da literatura com base em estudiosos tanto na questão ambiental como na discussão dos padrões privados, assim como o Relatório da FAO e norma técnica ISO 14001:2015. A pesquisa também utiliza o método do pesquisador participante, apontado por Yin, uma vez que a autora atuou como integrante de um grupo multidisciplinar em uma grande empresa que implantou o sistema de gestão ambiental e cuidou da sua manutenção.

PALAVRAS CHAVES

Padrões Privados; Sistema de Gestão Ambiental; ISO 14001:2015; Aspectos ambientais; Impactos ambientais.

INTRODUÇÃO

A implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), padrão privado/norma técnica ISO 14001:2015, demanda dos empresários processos de tomadas de decisões envolvendo altos investimentos na troca de equipamentos desatualizados e poluidores; treinamentos e conscientização dos funcionários; envolvimento dos fornecedores na mesma questão; contratação de consultorias; aquisição ou atualização de sistemas específicos e informatizados, adequando-os à nova realidade da organização; formação de equipe de auditores ambientais e/ou contratação de empresas especializadas, enfim, acompanhamentos constantes na identificação e saneamento dos impactos ambientais. Almeja-se a prevenção dos problemas ao invés da correção.

Com esse cenário, é possível considerar que empresas que adotam adequados Sistemas de Gestão Ambiental, padrão privado/norma técnica ISO 14001:2015 (doravante ISO 14001) principalmente integrados com o Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001) e o Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001), sejam protagonistas na busca de ações que possibilitem que os meios de produção estejam em equilíbrio com meio ambiente, a qualidade dos processos e a segurança e saúde dos trabalhadores. Os requisitos da ISO 14001 são totalmente voltados à minimização dos impactos ambientais provocados pelos processos produtivos organizacionais.

Neste contexto, a pesquisa teve como objetivo geral estudar os padrões privados, para, posteriormente, apresentar, especificamente, a ISO 14001 - Sistema de Gestão Ambiental, seus objetivos e aplicação nas organizações, de modo a tornar mais acessível o entendimento de alguns requisitos da norma.

A metodologia aplicada tomou como base a classificação de Vergara da qual constam dois aspectos, são eles: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins a pesquisa é descritiva e explicativa. Descritiva porque visa descrever, especialmente, os requisitos da ISO 14001 relacionados ao processo produtivo, ou seja, aspectos dos processos de transformação mais propensos a causarem impactos ambientais significativos; explicativa, porque procura explicar os padrões privados ou normas técnicas de produtos e mercadorias (ou seja, resultado final do processo produtivo), assim como os padrões privados que visam adequar o processo produtivo à redução ou eliminação de aspectos ambientais adversos e, por isto, apresenta e discute a aplicação dos requisitos da ISO 14001, tentando torná-los mais acessíveis, isto é, menos técnicos. Segundo Vergara, “a pesquisa explicativa pressupõe a pesquisa descritiva como base de suas explicações”.(VERGARA; 2006, p.46-47).

Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica em função da revisão da literatura com base em autores consagrados tanto na questão ambiental como na discussão dos padrões privados, além do estudo realizado no relatório *Private Standards in the United States and European Union Markets for fruit and vegetables* (FAO;2007) e na ISO 14001(ABNT;2015). Ainda quanto aos meios, a investigação é participante porque se valeu da experiência da autora(QUEIROZ;2005) que atuou como integrante de um grupo multidisciplinar de uma grande empresa para a implantação do Sistema de Gestão Ambiental e sua manutenção. Robert Yin define a observação participante como aquela em que o observador não é somente um observador passivo, entre outros papeis, ele pode participar dos eventos que estão sendo ou foram estudados. Yin menciona alguns papeis assumidos pelo observador participante, dentre eles “o de trabalhar como membro de uma equipe em uma organização”.(yin;2005;p.121).

Sendo assim, o trabalho está dividido em duas partes, a primeira traz uma discussão a respeito dos padrões privados de uma forma geral e a segunda, especifica os requisitos da ISO 14001.

1. A EVOLUÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL SOBRE O MEIO AMBIENTE

A evolução dos impactos provocados pelo homem, segundo Curi, já na pré-história e antiguidade, quando os modos de produção eram primitivos e a população mundial era pequena, não foram significativos. Nas Idades Média e Moderna, com a predominância da agricultura como atividade econômica e do desmatamento das florestas nativas, os impactos ambientais também não atingiram os seus maiores níveis. Já na Revolução Industrial, conhecida como um marco importante pelos ambientalistas em função da mudança dos modos de produção até então conhecidos, a ação do homem sobre a natureza transformou completamente o meio ambiente e produziu impactos profundos e irreversíveis sobre ele. (CURI;2012)

A sociedade moderna se apropria e transforma o meio ambiente na busca do desenvolvimento econômico, ignora os elementos naturais e as outras criaturas do planeta e transforma tudo isto em meros recursos para sustentação do progresso e desenvolvimento sem limites. A ambição desmedida, o aumento da população, a produção em massa de bens de consumo, a geração de rejeitos industriais, resultaram no iminente esgotamento dos recursos naturais. Tem-se então um impasse, uma encruzilhada, o homem se encontra entre direcionar suas ações para a proteção ambiental, em prol dos recursos naturais, ou do desenvolvimento global, ao encontro da produção de bens e do exacerbado consumo. Quando se discute o esgotamento dos recursos naturais renováveis e não renováveis, importante se faz considerar os preceitos de Barbieri.

A noção de esgotamento ou renovação dos recursos envolve a dimensão tempo, e a **perspectiva de tempo dos humanos** nem sempre é a mesma daquela que seria necessária para a renovação de certo recurso. Assim, por recurso renovável se entende aquele que pode ser obtido indefinitivamente da mesma fonte, enquanto o não renovável possui uma quantidade finita que em algum momento irá se esgotar se for continuamente explorado. Na realidade, todos os recursos podem se renovar através de ciclos naturais, embora alguns possam levar até milhões de anos, o que é impensável para o padrão humano de tempo (grifo nosso). (BARBIERI;2011;p.9)

Desta forma, diante de uma possível fragilidade dessa classificação, o autor nos impõe uma reflexão a respeito da renovação ou não dos recursos naturais *versus* a perspectiva de tempo do ser humano e a sua utilização dos recursos que nem sempre considera os ciclos naturais de renovação. O autor menciona a água, que apesar de considerada tecnicamente como um recurso renovável, já se tornou lugar-comum afirmar que será um recurso escasso no século XXI.(BARBIERI;2011)

No século XXI, urge que a consciência ambiental atinja os planos estratégicos e operacionais das organizações e isto vem acontecendo, talvez não na medida necessária, pois frequentemente a preocupação maior ainda se refere aos gastos financeiros com os cuidados ambientais, assim, apesar da existência de sofisticadas tecnologias, assistimos ainda a assombrosos acidentes ambientais como o incêndio nos tanques de combustível da Ultracargo, em Santos, Estado de São Paulo, em abril de 2015, e o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana no Estado de Minas Gerais, em novembro do mesmo ano, para mencionar somente

dois dos mais recentes. Presenciamos, nesses casos, o impasse da ação do homem entre a proteção ambiental e o desenvolvimento a qualquer custo.

Porter e Linde, estudiosos da competitividade, reforçam a necessidade de regulamentação que proteja o meio ambiente porque “todos querem um planeta habitável”.(1999) Os autores discutem o dilema ecologia x economia proposto por muitos empresários que consideram de um lado os benefícios sociais das normas rigorosas e de outro, os custos privados da indústria para a prevenção dos danos ambientais, custos que aumentam os preços e por isto a reduzem a competitividade. Os autores contra-argumentam que as organizações operam no mundo da competição dinâmica e não no mundo estático da teoria econômica, por isto descobrem soluções inovadoras para todos os tipos de pressão, ou seja, as organizações devem se adaptar ao rigor das normas. E defendem que a adoção de normas adequadas desencadeia inovações que reduzem os custos totais dos produtos ou aumentam o seu valor. Propiciam às organizações utilizar os insumos de maneira mais produtiva, compensando os custos dos investimentos na redução dos impactos ambientais. (PORTER; ÇINDE;1999)

Poluição é sinônimo de ineficiência, é desperdício econômico por parte das organizações quando utilizam materiais de maneira incorreta e controlam, inadequadamente, seus processos produtivos, com desperdícios, defeitos e armazenamentos desnecessários. Porter e Linde recomendam, além da prevenção da poluição, a abordagem ambiental em termos de produtividade dos recursos porque, desta forma, “a melhoria ambiental e a produtividade andam juntas”.(PORTER;LINDE;1999;p.375)

2. O DIREITO INTERNACIONAL E A PROTEÇÃO AMBIENTAL

Amaral Junior, discutindo a questão ambiental e Direito Internacional, afirma que a mudança do meio ambiente no planeta tem provocado a criação de princípios para tratar situações que o direito tradicional não resolveria de maneira adequada, como nas situações de mudanças climáticas, destruição da camada de ozônio, aumento da temperatura, poluição transfronteiriça e a extinção de espécies da fauna e da flora. Os danos causados ao meio ambiente quase sempre são irreparáveis, e quando existe a possibilidade de se reparar a área prejudicada, os custos são elevados e os prazos são longos.(AMARAL JUNIOR; 2011)

Os instrumentos de *soft law* exercem influência sobre as escolhas estatais, mesmo que estes não possuam poder suficiente para determinar uma solução em detrimento de outra. As atividades das organizações privadas na elaboração de padrões ambientais, de alguma forma, influenciam o intercâmbio econômico entre os países. Tal fato tem ocasionado maior interação entre o direito internacional e as regras elaboradas por organizações privadas e por instituições como a *International Standarts Organization* (ISO).(AMARAL JUNIOR; 2011)

A globalização aumentou o significado dos padrões privados para o direito internacional do meio ambiente, este é o motivo do surgimento de grande número *standarts* para garantir a qualidade e a segurança dos produtos, trazendo dificuldades para as trocas econômicas entre os países. Vários esforços foram envidados, em escala internacional, na criação de padrões harmonizados para facilitar o comércio internacional e reduzir os custos em função de exigências conflitantes e da grande quantidade de registros, inspeções e rotulagens. (AMARAL JUNIOR; 2011)

Várias corporações internacionais criaram procedimentos padronizados para aumentar a eficiência e diminuir os riscos e responsabilidades na esfera ambiental, do mesmo modo na seleção de fornecedores que realizam boas práticas sociais e ambientais. Os consumidores

também incorporaram novos valores mesmo que os produtos adquiridos tenham preços mais elevados.)AMARAL JUNIOR; 2011)

Cabe destacar que os padrões privados preenchem lacunas na legislação, defendem interesses dos consumidores, porém podem atuar como “instrumentos disfarçados de protecionismo”.(AMARAL JUNIOR; 2011) Voluntários por consenso, uma vez que são adotados voluntariamente; obrigatórios se entrarem no mercado tão fortemente de modo que as organizações concorrentes não tenham outra opção a não ser adotá-los. Por esse motivo, países membros da OMC propuseram que eles fossem discutidos no âmbito da OMC.(AMARAL JUNIOR; 2011) Em 2012, após longo debate e muitas discordâncias entre os Membros a definição não foi aprovada. Thorstensen e Vieira acrescentam que os pequenos produtores correm o risco de serem excluídos do mercado se não cumprirem os referidos padrões. “Em 2012 houve um longo debate no Comitê relacionado à definição de padrões privados, divergências entre os Membros não permitiram uma conclusão final sobre o assunto. A definição que foi apresentada em 2012 não foi aprovada (...)”.(THORSTENSEN;VIEIRA;2016)

Ainda segundo a FAO,

Um padrão de produto é um conjunto de critérios que os produtos devem atender. **Um padrão de processo é um conjunto de critérios para o processo de produção. Os padrões do sistema de gerenciamento são um tipo de padrão de processo que estabelecem critérios para procedimentos de gestão**, por exemplo, para documentação ou procedimentos de monitoramento e avaliação. (grifo nosso). (2007, p. xvi)

Regulamentos consistem em exigência do governo, por meio de um regulamento, portaria ou decreto, portanto, são obrigatórios, não havendo atendimento às especificações do documento, haverá restrições à importação. As regras somente serão legítimas quando aplicadas de forma equivalente aos produtos nacionais e aos estrangeiros, senão serão questionadas no âmbito da OMC. Já os padrões/normas técnicas são oriundos das necessidades do próprio mercado em estabelecer requisitos mínimos de qualidade, segurança, sustentabilidade, entre outros. São de observância voluntária, visam à padronização dos produtos e podem ser elaborados por entidades privadas ou reconhecidas pelo governo como, por exemplo, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no Brasil.(AMARAL;2013;p.56-79)

Fabricantes e varejistas, diante do poder de negociação, exigem de seus fornecedores conformidade na especificação do produto final, adequação dos métodos de produção e de transporte, de maneira que estes não causem impactos negativos sociais e/ou ambientais. A mesma exigência vem dos consumidores, refletindo a preocupação da sociedade com a melhoria também das condições de trabalho e do bem-estar social. (AMARAL;2013;p.56-79)

Na prática, essas iniciativas visam não apenas a padronizar produtos e processos de produção, mas a regular as relações comerciais entre empresas e entre essas e os consumidores. Nesse contexto, **padrões privados têm sido denominados como sistemas regulatórios transnacionais, sistemas de governança liderados por atores não estatais e regulamentação civil**, entre outras denominações. Quando tais medidas adquirem legitimidade e reconhecimento internacional, podem afetar de forma significativa as relações comerciais. (grifo nosso) (AMARAL;2013;p.56-79)

A FAO acrescenta que, com o objetivo de cumprir o requisito melhoria contínua, é necessário que as organizações desenvolvam Plano de Metas, estratégicas e operacionais, como será possível constatar nos itens seguintes.(FAO;2007)

3. NORMA ISO 14001 – SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL – REQUISITOS COM ORIENTAÇÕES PARA USO

A ISO/TC 207 é o Comitê Técnico da ISO responsável pelo desenvolvimento e manutenção da Série ISO 14000. O TC 207 é composto por especialistas em negócios e governos de 55 países. Os primeiros padrões da série foram publicados em 1996 e, desde então, são se fazem presentes em diferentes tipos de organizações as quais obtêm o diploma ISO 14001-Sistema de Gestão Ambiental. Outra norma da mesma série, a ISO 14004, fornece diretrizes sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio à implementação da ISO 14001.(ISO;2017)

As certificações ISO 14001 certificam sistemas de gestão e não produtos, desta forma, os produtos não podem ser rotulados como certificados pela ISO 14001, porém as embalagens dos produtos podem conter a indicação de que a organização produtora possui um sistema de gestão ambiental certificado nos termos da ISO 14001 (embora o logotipo ISO não possa ser usado).(NORMAS TÉCNICAS;2017)

3.1 O Sistema de Gestão Ambiental – Requisitos para orientação e uso

O objetivo da norma ISO 14001 (item 2) é propiciar às organizações estrutura para a proteção do meio ambiente e responder adequadamente às mudanças das condições ambientais. A norma especifica requisitos para o alcance dos resultados definidos no que se refere ao sistema de gestão ambiental, e a Alta Direção será municiada com informações necessárias para criar alternativas que contribuam com o desenvolvimento sustentável, por meio de:

- proteção do meio ambiente pela prevenção ou mitigação dos impactos ambientais adversos;
- mitigação de potenciais efeitos adversos das condições ambientais na organização;
- auxílio à organização no atendimento aos requisitos legais e outros requisitos;
- aumento do desempenho ambiental;
- controle ou influência no modo em que os produtos e serviços da organização são projetados, fabricados, distribuídos, consumidos e descartados, utilizando uma perspectiva de ciclo de vida que possa prevenir o deslocamento involuntário dos impactos ambientais dentro do ciclo de vida;
- alcance dos benefícios financeiros e operacionais que podem resultar da implementação de alternativas ambientais que reforçam a posição da organização no mercado;
- comunicação de informações ambientais para as partes interessadas pertinentes.(ABNT;2015)

O êxito do sistema depende do comprometimento de todos os níveis e funções organizacionais, principalmente da Alta Direção (item 3), que pode aproveitar as oportunidades de prevenir impactos ambientais adversos e investir nos aspectos ambientais benéficos, aliando tais ações às estratégias competitivas do seu negócio. A Alta Direção pode, ainda, integrar a gestão ambiental aos demais processos do negócio, incorporando a governança ambiental em seu sistema global. (ABNT;2015)

3.2. O Sistema de Gestão Ambiental – e o papel da ISO 14001 (ABNT;2015)

A melhoria contínua, proposta pela ISO 14001, está associada à correta aplicação do modelo PDCA (*Plan, Do, Check, Act*), processo em quatro fases que permite que, na primeira

etapa (*Plan*) um plano seja desenvolvido; na segunda (*Do*), que ele seja colocado em prática. Na terceira (*Check*), que os efeitos sejam analisados e na quarta (*Act*), que as ações sejam tomadas para a correção dos desvios, agindo continuamente na melhoria do desempenho dos processos organizacionais.

A Política Ambiental estabelece a proteção do meio ambiente, incluindo a prevenção da poluição, o uso sustentável dos recursos, adaptação às mudanças climáticas e proteção da biodiversidade. E ainda, a conformidade e cumprimento das obrigações, melhoria contínua do desempenho ambiental, maior foco nas ações de gestão de riscos e oportunidades.

3.2.1 Planejamento (Plan)

O Planejamento (*Plan*) (item 6) trata, entre outros assuntos, dos Aspectos Ambientais, dos Requisitos Legais e Objetivos e ações necessárias para o alcance destes. O aspecto ambiental, que é o ponto de partida da definição e desenvolvimento do Sistema de Gestão Ambiental, é o “elemento das atividades ou produtos ou serviços de uma organização que pode reagir com o meio ambiente. Um aspecto ambiental significativo é aquele que tem um impacto ambiental significativo”. (ABNT;2015)

As organizações devem rever os seus processos organizacionais no sentido de identificar os aspectos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços e respectivos impactos provocados ao meio ambiente, que devem fazer parte de um banco de dados e serem controlados para eliminar ou reduzir os danos causados ao meio ambiente (quadro 1). As ações da organização são de acordo com os requisitos legais e outros requisitos (exemplo, acordos com órgãos públicos) além de serem adequadamente documentadas.

Quadro 1 – Exemplo simplificado de atividades, respectivos aspectos e impactos ambientais

| ATIVIDADES/PRODUTOS/SERVIÇOS | ASPECTOS AMBIENTAIS | IMPACTOS AMBIENTAIS |
|--|---|---------------------|
| Fabricação de produtos | Emissão de fumaça preta | Poluição do ar |
| Manutenção de equipamentos/troca de óleo | Geração de resíduo de óleo contaminado | Poluição do solo |
| Fossa assépticas (banheiros) | Geração de efluente líquido contaminado | Contaminação do rio |

Fonte: exemplo elaborado pela autora (2018)

Com o levantamento dos aspectos ambientais, é possível definir os Objetivos, Metas, Programas de Prevenção e procedimentos específicos para atender aos Objetivos Ambientais. Os objetivos e metas devem ser mensuráveis, e apontar prazos e meios segundo os quais eles serão atingidos, e ainda, atribuição de responsabilidades aos gerentes dos processos organizacionais. Ver quadros 2 e 3.

Quadro 2 – Exemplo simplificado de aspectos ambientais, indicadores e metas

| ASPECTOS AMBIENTAIS | INDICADORES | METAS |
|--------------------------------------|---|---|
| Emissão de material particulado | Material particulado | Reduzir a emissão de material particulado em 30% no período 2018-2019. |
| Geração de resíduo de sucata ferrosa | Resíduo de sucata ferrosa | Reduzir a geração do resíduo de sucata ferrosa em 20% no período 2018-2019. |
| | Reciclagem de resíduo de sucata ferrosa | Aumentar a reciclagem de resíduo de sucata ferrosa em 30% até 2020. |

Fonte: exemplo elaborado pela autora (2018)

O atendimento dos objetivos relacionados aos aspectos ambientais pode exigir a definição de um Plano de Metas, aprovado pela Alta Direção, composto por programas de metas, por exemplo: Gestão de emissões atmosféricas; Gestão de efluentes líquidos; Gestão da poluição por resíduos sólidos.

Quadro 3 – Exemplo simplificado de Objetivos, Metas e Responsabilidades

| OBJETIVOS | METAS | RESPONSABILIDADE |
|---|--|----------------------------------|
| Reduzir emissão de material particulado | Reduzir a emissão de material particulado em 10% em 2018 Reduzir a emissão de fumaça preta em 30% até dez/2019. | Gerência A Gerência B |
| Reduzir a geração de resíduos | Reduzir a geração de sucata ferrosa em 20% em 2018. Aumentar a reciclagem de sucata ferrosa em 30% até 2020. | Gerência A e B Gerência A e B |

Fonte: exemplo elaborado pela autora (2018)

A relação existente entre aspectos ambientais, programas, objetivos e metas pode ser demonstrada por meio do exemplo apresentado no quadro 4.

Quadro 4 – Exemplo simplificado de Programa, Objetivo e Metas

| | |
|-----------------|--|
| Programa | Programa de gestão do controle da poluição por resíduos sólidos, do solo e das águas. |
| Objetivo | Realizar controle geral dos aspectos ambientais relativos aos resíduos sólidos gerados pelo processo produtivo. |
| Meta 1 | Cuidar de maneira contínua e permanente de 100% dos resíduos industriais de modo a prevenir a poluição do solo no prazo de um ano. |
| Meta 2 | Implantar uma central de transbordo e de gerenciamento de resíduos industriais gerados pela organização no prazo de um ano. |

Fonte: exemplo elaborado pela autora (2018).

3.2.2 Operação do Sistema (Do)

A Operação do Sistema (*Do*) requer que organização envie ações de obtenção de recursos (item 7) para o Planejamento e Controle Operacional, além da Preparação e Respostas às Emergências, de forma a implantar, manter e melhorar continuamente o Sistema de Gestão Ambiental. São eles os recursos humanos e suas habilidades especializadas, infraestrutura

da organização, tecnologia e recursos financeiros. Será possível, assim, definir as funções, responsabilidades e autoridades de cada um na corporação, e as pessoas sejam competentes, treinadas e conscientizadas, com formação apropriada ou experiência, de forma que tenham capacidade de desenvolver melhor as tarefas que causem impactos ambientais adversos e significativos ao meio ambiente.

O Planejamento e Controle que deve identificar e planejar as operações associadas aos aspectos ambientais mais significativos e cuidar para que estas sejam realizadas de acordo com critérios e procedimentos específicos, evitando a ocorrência de desvios em relação aos objetivos e metas traçados, incluindo-se os fornecedores e prestadores de serviço.

No que diz respeito à mitigação de impactos ambientais, o alto consumo de água é um deles, e exige um trabalho intenso e investimentos na conscientização do pessoal, além da revisão dos equipamentos para reduzir consumo e desperdícios, por exemplo, como tubulações em estado precário em função do tempo de utilização, procedimentos inadequados com relação do uso da água no processo produtivo, entre tantos outros.

Providências se fazem emergentes quando os processos demandam consumos elevados de água, como investir em sistemas recirculação e de tratamento para tratar e reutilizar as águas dos efluentes industriais, possibilitando, inclusive, o tratamento dos resíduos gerados nesses processos. Assim, as águas industriais, antes poluídas e descartadas no meio ambiente, são tratadas e retornam aos processos produtivos e, quando não mais necessárias, são descartadas em condições adequadas, evitando danos ao meio ambiente e às comunidades vizinhas.

As organizações imbuídas de cuidados ambientais reduzem a quantidade de resíduos gerados em suas operações com o emprego de novas tecnologias ou, simplesmente, de novos procedimentos, e passam a destiná-los adequadamente, o que reduz a quantidade de resíduos destinados aos aterros, além de evitar o descarte criminoso de materiais perigosos no meio ambiente.

As emissões atmosféricas de determinados equipamentos industriais devem ser monitoradas e controladas. O monitoramento nas chaminés verifica a eficiência do processo produtivo, os equipamentos de controle e a concentração de material particulado. Os resultados das amostragens devem ser registrados de acordo com metodologias específicas aceitas pelo órgão de controle ambiental, de maneira que os mesmos possam ser verificados e auditados.

Equipamentos de monitoramento contínuo, como os opacímetros, em conjunto com um sistema informatizado de acompanhamento em tempo real, propiciam identificar as emissões, verificando se estão de acordo ou não com os padrões legais estabelecidos.

Segundo o item 8.2 da ISO 14001, as corporações devem estar preparadas para identificar situações de emergência e potenciais acidentes que possam causar impactos ao meio ambiente e responder adequadamente a estas situações, prevenindo e reduzindo os impactos ambientais negativos. Estar preparada para situações emergenciais e de acidentes significa ter procedimentos atualizados e testados, além de equipamentos necessários ao atendimento e pessoal treinado.

3.2.3 Verificação (Check)

A norma (item 9) prevê a Avaliação do Desempenho do Sistema de Gestão Ambiental, se os planos foram realizados e/ou se isto ocorreu conforme os controles, objetivos e metas previstos, principalmente naquelas operações que possam causar impactos ambientais significativos. Fazem parte desse contexto a Avaliações das Conformidades e Não Conformidades, as Auditorias Internas e Análises Críticas da Alta Administração.

As Auditorias e Análises Críticas do sistema de gestão ambiental ocorrem periodicamente, e são investigações documentadas com base nos procedimentos operacionais, documentação e registros. As auditorias internas, especificamente, são ações da empresa para identificar suas próprias não conformidades antes que órgão externo o faça (auditores dos clientes e órgão de controle ambiental do governo). Esses procedimentos determinam se o sistema de gestão ambiental está em conformidade com as ações planejadas e fornecem informações à Alta Administração a respeito dos objetivos, metas e indicadores do sistema. As auditorias internas, normalmente, são realizadas por uma equipe de auditores internos cuja seleção deve assegurar a condição de imparcialidade do processo.

3.2.4 Atuação (Act)

A ISO 14001, em seu item 9.3, determina que a Alta Administração da organização, com frequência determinada, realize Análise Crítica, objetivando avaliar o desempenho do Sistema de Gestão Ambiental. É comum que ocorram reuniões envolvendo a alta cúpula da corporação para analisar: a) os indicadores de desempenho; b) os resultados das inspeções dos órgãos governamentais de controle ambiental; c) os resultados dos programas ambientais sobre emissões atmosféricas, efluentes líquidos, disposição de resíduos, consumo de energia elétrica, consumo de água; d) os licenciamentos ambientais; e) atendimento aos requisitos legais; f) os relatórios de auditorias; g) as não conformidades ambientais apontadas nas auditorias.

Os resultados obtidos com a implantação do sistema de gestão ambiental nos termos da ISO 14001 serão refletidos na melhoria dos indicadores ambientais, menor consumo de insumo (água, matéria-prima, horas de trabalho, mão de obra, entre outros), menor quantidade de material particulado no ar; menores danos ao solo, águas e lençol freático; menores quantidades na geração de resíduos e destinação correta; redução das multas dos órgãos controladores e melhoria da imagem corporativa no mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos estudos mostram que a discussão sobre o desenvolvimento sustentável tem afetado os negócios das diferentes organizações. No início, essa questão era considerada pelos empresários uma ameaça aos resultados financeiros, em função dos altos investimentos, porém, ao longo das últimas décadas, a percepção dos empresários mudou, e as questões ambientais passaram a agregar valor ao produto final. As normas internacionais ou padrões privados internacionais surgiram, então, para organizar e disciplinar as ações ambientais das corporações interessadas em reduzir os impactos ambientais dos seus processos produtivos.

Os empresários incorporaram a questão ambiental nos processos decisórios, uma vez que a avaliação do desempenho organizacional passou a depender também dos impactos ambientais e sociais das atividades da corporação.

Para os clientes, cada vez mais exigentes, marca do produto, preço e qualidade não são mais suficientes, eles querem conhecer melhor o fabricante: se a organização combate o trabalho infantil, se promove o reflorestamento, se pratica a reciclagem e sobre os impactos socioambientais de suas atividades. Daí a importância da certificação do sistema de Gestão Ambiental, precipuamente no que se refere ao planejamento, operação, controle das operações e ações que visem adequar os processos para eliminar ou mitigar os impactos ambientais e, é claro, que estas ações passem a influenciar a aceitação dos produtos no mercado.

Entretanto, o cenário de adoção dos padrões privados esteve e ainda está permeado pelos riscos de restrições de mercado impostos às corporações porque, conforme os autores estudados: a) são onerosos ou desconhecidos para algumas corporações; b) se legítimos e reconhecidos internacionalmente, podem afetar as relações comerciais; c) incapacidade governamental e multilateral de enfrentar desafios relacionados à criação de padrões privados não governamentais que tratam sobre cadeias de abastecimento, processo produtivo e produção. (AMARAL JUNIOR. 2011; AMARAL. 2013; THORSTENSEN;KOTZIAS; VIEIRA;2015)

E, ainda, nesse contexto, urgente se faz a compreensão e diferenciação entre o significado de padronizar as especificações do produto final e adequar o processo de produção para reduzir os aspectos e impactos ambientais. É o que tem sido adotado pelas corporações que possuem o diploma ISO 14001, seus produtos poderão ter um preço final maior do que os demais em função da internalização dos custos do investimento no processo operacional em tecnologia, qualidade dos equipamentos, consultorias, mão de obra treinada e atualizada, manutenção atualizada dos equipamentos, fatores imprescindíveis à redução dos aspectos e impactos ambientais, embora os investimentos no processo de produção nem sempre sejam percebidos pelos clientes do produto final.

Haverá um ganho, sim, quando os investimentos influenciarem na boa imagem das organizações no mercado, assim como na redução dos custos com os insumos, e os números forem animadores em termos de produtividade de recursos; lembrando Porter e Linde (1999), “a melhoria ambiental e a produtividade andam juntas”.

REFERÊNCIAS

- AMARAL JUNIOR, Alberto. *Comércio Internacional e Meio Ambiente*. São Paulo: Atlas, 2011.
- AMARAL, Manuela. Protecionismo Privado: A Atuação da Sociedade Civil na Regulação do Comércio Internacional. In: *Revista Brasileira de Comércio Exterior*. Abril-junho 2013; p.56-79. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=manuela+amaral+Protecionismo+Privado>. Acesso: 22 mai.2018
- ABNT.Associação Brasileira De Normas Técnicas. *ISO 14001:2015 – Sistemas de Gestão Ambiental*. Requisitos com orientações para uso. GEDWEB – Base de Normas Técnicas da ABNT. 2015.Disponível em: <https://ww2.unisantos.br/portal/biblioteca>.
- BARBIERI, J. C. *Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, modelos e instrumentos*.3.ed, São Paulo: Saraiva 2011.
- CURI, Denise (org.). *Gestão Ambiental*. São Paulo: Pearson, 2012.
- FAO.Food And Agriculture Organization. *Private Standards in the United States and European Union Markets for fruit and vegetables*. Fundo Fiduciário da FAO-Noruega, 2007. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-a1245e.pdf>. Acesso em: 30 mar.2018.
- ISO.International Organization for Standartization. *ISO/TC 207/SC1 – Environmental Management Systems*.2017 Disponível em <https://committee.iso.org/home/tc207sc1>. Acesso em 30 mar.2018.
- NORMAS TÉCNICAS. ABNT, ISO, NR, IEEE. 2017.Disponível em: <https://www.normastecnicas.com/iso/serie-iso-14000/>. Acesso em 01 abr.2018.
- PORTER, Michael E.; LINDE, Claas van der. *Competição. Estratégias Competitivas Essenciais*. 12.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.
- QUEIROZ, Zahra Adnan Kabbara. *Gestão Ambiental na Empresa.O Desafio da COSIPA*. Dissertação de Mestrado.Universidade Católica de Santos – UniSantos. Santos/SP, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 7. ed. São Paulo : Atlas, 2006, p. 46-47.

THORSTENSEN, Vera; VIEIRA, Andreia Costa. *Regulatory Barriers to Trade: TBT, SPS and Sustainability Standards*. São Paulo: VT Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda., 2016.

_____.; _____.; KOTZIAS, Fernanda;. A ameaça dos padrões privados à OMC. In: International Centre For Trade and Sustainable Development. *Revista Pontes*, volume 11 – n°5. 2015. Disponível em: <https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-amea%C3%A7a-dos-padr%C3%B5es-privados-%C3%A0-omc>. Acesso: 20 mai.2018.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. 3.ed. Porto Alegre : Bookman, 2005.

ABSTRACT

The research aims to study and discuss private standards, seeking to investigate the private standards of products and private standards related to the production process and, secondly, specifically discuss the private standard / technical standard ISO 14001:2015, developed to certify corporate environmental management systems. Considering the precepts of Vergara, for the purposes the research is descriptive and explanatory. Descriptive because it aims to detail, in particular, the requirements of ISO 14001:2015, that is, aspects of transformation processes that may cause significant environmental impacts; explanatory because it seeks to explain the private standards of products / merchandise and the private standards whose purpose is to adapt the productive process to the reduction / elimination of adverse environmental aspects. Regarding the means, the research is bibliographical in function of literature review based on scholars in both the environmental issue and the discussion of private standards, as well as the FAO Report and ISO 14001:2015 technical standard itself. The research also uses the participant researcher method, as pointed out by Yin, since the author acted as a member of a multidisciplinary group in a large company that implemented the environmental management system and took care of its maintenance.

KEY WORDS

Private Standards; Environmental management system; ISO 14001: 2015; Environmental aspects; Environmental impacts.